



University of
Texas Libraries

REDIB
Red Iberoamericana
de Investigación y Conocimiento Científico

latindex

e-revist@s

Sumários.org

Centro Unversitário Santo Agostinho



revistafsa

www4.fsnet.com.br/revista

Rev. FSA, Teresina, v. 15, n. 3, art. 5, p. 104-129, mai./jun. 2018

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.3.5>

DOAJ DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

WZB
Wissenschaftszentrum Berlin
für Sozialforschung

Zeitschriftendatenbank

MIAR

Diadorim

Relatório Socioambiental de uma Instituição, Comparado às Prerrogativas da Nbc T-15

Socio-Environmental Report of an Institution, Compared to Nbc T-15 Privileges

Juliana de Aquino Macedo

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Grande Dourados

E-mail: Julliana_aquino754@hotmail.com

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco

Professora da Universidade Federal da Grande Dourados

E-mail: marianogueira@ufgd.edu.br

Marli da Silva Garcia

Doutora em Ciências Ambientais e Sustentabilidade Agropecuária pela Universidade Católica Dom Bosco

Professora da Universidade Federal da Grande Dourados

E-mail: marliggarcia@gmail.com

Manfredo Rode

Mestre em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados

Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria

Professor da Universidade Federal da Grande Dourados

E-mail: manfredorode@ufgd.edu.br

Endereço: Juliana de Aquino Macedo

Rod. Dourados – Itahum, Km 12. Cx. Postal 322. Cidade universitária. Dourados – MS.79.804-970, Brasil.

Endereço: Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira

Rod. Dourados – Itahum, Km 12. Cx. Postal 322. Cidade universitária. Dourados – MS.79.804-970, Brasil.

Endereço: Marli da Silva Garcia

Rua João Rosa Góes, 1761. Cx. Postal 322. Jd universitário. Dourados – MS.79.825-070. Brasil.

Endereço: Manfredo Rode

Rod. Dourados – Itahum, Km 12. Cx. Postal 322. Cidade Universitária. Dourados – MS.79.804-970

Editor-Chefe: **Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

Artigo recebido em 16/02/2018. Última versão recebida em 8/03/2018. Aprovado em 9/03/2018.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação

RESUMO

Muitas empresas estão divulgando informações contábeis pertinentes ao Meio Ambiente, sendo que este é o reflexo de grande mobilização e conscientização por parte da sociedade em relação à natureza e a escassez de seus recursos. Essa pesquisa buscou analisar e comparar se as informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016, estão de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15; esta norma determina quais os procedimentos adotados pelas entidades para a correta evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Utilizou-se como método de pesquisa a revisão bibliográfica tendo como material exploratório os Relatórios de Sustentabilidade que são divulgados pela instituição E no que se refere aos objetivos, foi utilizada a metodologia exploratória e explicativa. Os procedimentos utilizados para A realização da pesquisa foram o de estudo de caso e documental. Constatou-se que, no exercício de 2014, a entidade esteve alinhada aos parâmetros da NBC T 15, deixando apenas de evidenciar um dos itens exigidos. No exercício de 2015 e 2016 observou-se relevante diminuição dos elementos de evidenciação exigidos, como por exemplo, valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental e informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade. Ponto relevante descoberto por tratar de itens de conotação negativa para as empresas e seus usuários.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Relatório de Sustentabilidade. Evidenciação. Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

Many companies are disclosing accounting information pertinent to the environment, which is a reflection of the great mobilization and awareness on the part of society regarding the nature and scarcity of its resources. This research sought to analyze and compare if the information disclosed in the Sustainability Reports published by a Financial Institution in the years 2014 to 2016 are in accordance with the parameters established in NBC T 15; this standard determines the procedures adopted by the entities for the correct disclosure of social and environmental information. The bibliographic review was used as a research method having as an exploratory material the Sustainability Reports that are disclosed by the institution; in terms of the objectives, the exploratory and explanatory methodology was used. The procedures used to carry out the research were the case study and documentary. It was verified that in 2014 the entity was aligned with the parameters of NBC T 15, leaving only to highlight one of the required items. In 2015 and 2016, there was a significant reduction in the required disclosure elements, such as fines and indemnities related to environmental matters and information related to labor lawsuits filed against the entity. Relevant point discovered by dealing with items of negative connotation for companies and their users.

Keywords: Environment. Sustainabilityreport. Disclosure. Environmental Accounting.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem intensificado as mobilizações direcionadas às práticas e políticas sustentáveis. São movimentações por meio de ações e cobranças com iniciativas que evidenciem estratégias eficazes de gestão ambiental e social.

A sustentabilidade é imprescindível para o crescimento e desenvolvimento das organizações. Os consumidores estão mais conscientes e preocupados com as questões climáticas, como o aquecimento global, a escassez dos recursos naturais, isso faz as organizações reverem seus conceitos em relação ao sistema de gestão ambiental. De acordo com Borges et al. (2010), quando as empresas se preocupam com as questões ambientais, com medidas preventivas, sua imagem perante a opinião pública é significativamente diferenciada.

A sociedade demonstra ter entendido que os recursos naturais são escassos, compreendendo, assim, a necessidade de preservação ambiental. Levando esta realidade para a ótica empresarial, compreende-se que desde fornecedores, prestadores de serviços, e até o consumidor final estão mais exigentes quando o assunto é relacionado ao sistema de gestão ambiental (FREITAS *et al.*, 2007).

Tendo em vista a constante preocupação da sociedade com o assunto, as empresas conscientizadas passaram a tratar a área ambiental com o mesmo zelo que as demais, principalmente as relacionadas ao lucro. Uma das formas de evidenciar essa preocupação é publicar o Relatório de Sustentabilidade.

A respeito da divulgação do Balanço Social e/ou do Relatório Socioambiental, constatou-se que são ferramentas importantes disponibilizadas à sociedade pelas entidades, visto que contêm informações significativas em relação à ação das empresas em prol da sociedade e do Meio Ambiente. Existem instituições que têm o objetivo de orientar a elaboração dos relatórios socioambientais; dentre elas, uma das mais importantes é a *Global Reporting Initiative* (GRI), que foi fundada em 1997 uma organização que desenvolveu uma conceituada estrutura para relatórios de resultados das organizações que evidenciam o tripé da sustentabilidade: dimensões econômicas, sociais e ambientais (NOGUEIRA; FARIA, 2012).

A instituição pesquisada divulgou, em 2017, seu nono Relatório de Sustentabilidade, contendo informações referentes ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016. Com o intuito de prestar contas sobre projetos, indicadores, desempenho e estratégias adotadas pela instituição financeira, ela utiliza as diretrizes da *Global Reporting Initiative*¹ (GRI). Conforme

¹A *Global Reporting Initiative* é uma organização internacional que ajuda empresas, governos e outras instituições a compreender e comunicar o impacto dos negócios em questões críticas de sustentabilidade.

divulgado pela própria GRI, suas diretrizes permitem “a elaboração de relatórios que se concentrem nos impactos relevantes para as organizações e para a sociedade, ou seja, documentos estratégicos, focados, credíveis, e mais fáceis de consultar pelos *stakeholders*”².

Conforme divulgado no Relatório de Sustentabilidade de 2016, que a estatal atua há mais de 150 anos no Brasil, com quase 83 milhões de correntistas e poupadores, e mais de 57 mil pontos de atendimentos. Devido à magnitude da instituição, elaborou-se esse estudo, que visa verificar se as informações divulgadas seguem os parâmetros estabelecidos pela NBC T 15 e apresentar à sociedade.

A pesquisa teve por objetivo comparar os três últimos Relatórios de Sustentabilidade (Exercícios 2014, 2015 e 2016), buscando identificar se essas demonstrações encontram-se de acordo com a NBC T 15 (Normas Brasileiras de Contabilidade - Informações de Natureza Social e Ambiental), visando incentivar as entidades a utilizarem a Contabilidade Ambiental como ferramenta de gestão interna, e mostrar à sociedade a importância de se acompanhar as demonstrações divulgadas pelas empresas.

Divulgada e estabelecida em 19 de agosto de 2004 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a NBC T 15 padroniza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, que devem ser adotados pelas entidades desde 1º de janeiro de 2006. Barbosa *et al.* (2014) dizem que, apesar de não haver, no Brasil, uma legislação em nível federal, a qual garante a publicação das práticas socioambientais pelas empresas, a Contabilidade auxilia o processo de divulgação através do cumprimento da NBC T 15.

Nesse contexto surge a preocupação com as informações divulgadas nos Relatórios de Sustentabilidade de uma Instituição Financeira Pública, abrangendo os exercícios de 2014 a 2016, com os seguintes questionamentos: como estão sendo divulgadas as informações ambientais, de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15: de forma completa, parcial, ou não houve evidenciação das informações?

Assim, o objetivo desse trabalho foi o de analisar e comparar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016, de acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15. Para tanto, buscou-se contextualizar a importância da contabilidade ambiental e da gestão ambiental de acordo com a NBC T 15; coletar as informações divulgadas nos Relatórios

²*Stakeholders* são os usuários da contabilidade.

Socioambientais da instituição nos três exercícios e classificar e analisar as informações segundo a NBC T15.

O presente estudo é relevante à sociedade brasileira, tendo em vista que, a instituição financeira, objeto do trabalho, atualmente é uma das três maiores do país, conforme divulgado pela Revista Exame (EXAME, 2017). A entidade tem uma carteira de quase 83 milhões de clientes, número divulgado em 2017, no último Relatório de Sustentabilidade do exercício de 2016, por ser uma instituição pública, onde a maioria dos brasileiros fazem uso de seus serviços, sendo estes correntistas/poupançadores, ou não.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem por objetivo analisar as contribuições teóricas utilizadas para a realização deste estudo. Nesta seção é apresentado o tema Contabilidade Ambiental, assunto bastante abordado nos últimos tempos devido à crescente conscientização da sociedade sobre a escassez dos recursos naturais. Custos, despesas e receitas ambientais serão conceituados e exemplificados neste capítulo.

Além de auxiliar na preservação do Meio Ambiente, as evidenciações desses três itens ajudam as entidades a cumprir a legislação, evitar prejuízos, aumentando assim seu lucro, dentre outras vantagens (BRUMATI, 2015).

A respeito da divulgação do Balanço Social e/ou do Relatório Socioambiental, constatou-se que são ferramentas importantes disponibilizadas à sociedade pelas entidades, visto que contêm informações significativas em relação à ação das empresas em prol da sociedade e do Meio Ambiente. Existem instituições que têm o objetivo de orientar a elaboração dos relatórios sociais, dentre elas, uma das mais importantes é a *Global Reporting Initiative* (GRI).

Todos os Relatórios de Sustentabilidade analisados para a execução desse trabalho são baseados nas diretrizes da GRI em sua quarta versão (G4). Essas diretrizes são revisadas periodicamente, com intuito de oferecer aos relatores mais facilidade para o preparo dos relatórios, além de padronizar as informações divulgadas (GLOBAL REPORTING INITIATIVE, 2013).

Assim, passa-se a abordar a temática da Contabilidade Ambiental no próximo item, especialidade da contabilidade responsável por parte das informações de sustentabilidade presente nos relatórios.

2.1 Contabilidade Ambiental

A contabilidade é uma das ciências mais antigas do mundo, tendo sugerido devido a interesses em avaliar, isto é, quantificar a riqueza da humanidade. Marion (2003, p. 23) define contabilidade como “o instrumento que auxilia a administração a tomar decisões, com a coleta de todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem para a tomada de decisão”.

Com a globalização e a atual postura da sociedade em relação ao Meio Ambiente, as empresas estão pressionadas a adotarem um novo comportamento sobre questões ambientais. Segundo Brumati (2015, p. 106) a contabilidade “vem acompanhando a evolução da economia e criando novas técnicas de identificação, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos e financeiros os quais causam mutações patrimoniais”.

A contabilidade ambiental não é uma nova ciência, mas, sim, uma segmentação da tradicional, já amplamente conhecida. Adaptando o objetivo desta última, pode-se definir como objetivo da contabilidade ambiental: identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiras que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade (RIBEIRO, 2010, p. 45).

Semelhantemente, Furlan (2012) afirma que, em todas as suas ramificações, o maior objetivo da contabilidade é mensurar e analisar as mutações patrimoniais. O intuito é de gerar dados relevantes aos seus usuários, e a Contabilidade Ambiental é uma importante ferramenta de informação e gestão; todavia, as empresas investem em sustentabilidade ambiental para melhorar sua imagem perante a sociedade, visando também, retorno financeiro.

Constata-se, então, que a Contabilidade Ambiental gera informações relevantes sobre eventos relacionados ao meio ambiente que causam alguma modificação no Patrimônio das entidades. Auxilia em medida de preservação e oferece mais informações a investidores e à sociedade, expondo mais transparência aos interessados por essas informações divulgadas, geralmente, por meio do Relatório de Sustentabilidade, que tem como objetivo:

Tornar pública, para fins de avaliação de desempenho, toda e qualquer atitude das entidades, com ou sem atividade lucrativa, mensurável em moeda que, a qualquer tempo, possa influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFITSCHER, 2004, p. 39)

Para auxiliar os gestores que estão cada vez mais conscientes de seu importante papel para o equilíbrio do meio ambiente e continuidade das empresas, a Contabilidade Ambiental atua de forma a evidenciar os **custos, despesas e receitas ambientais**, auxiliando a organização a preservar o meio ambiente, evitar prejuízos, crescer economicamente, cumprir a legislação, dentre outros benefícios (LAURINDO, 2016, p. 15).

Brumati (2015 p. 106) afirma que a contabilidade atua como “sistema de informações que tem como objetivo auxiliar o gerenciamento das entidades, para que estas possam garantir sua continuidade”. Uma das formas de oferecer informações pode ser obtida por meio dos custos ambientais, assunto a ser tratado no próximo tópico.

2.2 Custos Ambientais

Finalmente, a sociedade demonstra ter entendido que os recursos naturais são escassos, compreendendo, assim, a necessidade de preservação ambiental. Levando esta realidade para ótica empresarial, compreende-se que desde fornecedores, prestadores de serviços, e até o consumidor final estão mais exigentes quando o assunto é relacionado a Meio Ambiente. Pressionados por eles, os governos criaram legislações preventivas e punitivas em relação ao Meio Ambiente. Para se adequar as exigências impostas, e continuar competitivas, as organizações se dispuseram a aumentar seus custos e adaptar-se ao cenário atual. (FREITAS *et al.*, 2007).

Os custos ambientais fazem parte do total de custos e consistem no conjunto de gastos monetários incorridos em uma organização. De acordo com Braga (2007), quando tratamos os custos ambientais, a estrutura contábil deve utilizar nomenclaturas que envolvam os custos relacionados, direta ou indiretamente, à operacionalização da gestão ambiental em suas atividades de prevenção, controle, recuperação, monitoramento e reciclagem de resíduos.

De acordo com Santos *et al.*, (2001) compreende os custos ambientais os gastos relacionados direta ou indiretamente à proteção do meio ambiente de qualquer agressão causada pelo homem ou pela própria natureza e que serão ativados em razão de sua vida útil. Estes, ainda, segundo o autor, são representados nas amortizações, exaustões e depreciações, aquisição de insumos para aplicação em ações de controle, redução ou eliminação de poluentes, tratamento de resíduos de produtos, destinação correta dos resíduos poluentes, tratamento de recuperação e restauração de áreas contaminadas, áreas degradadas, mão de

obra utilizada nas atividades de preservação e recuperação do meio ambiente, com o propósito de reparar, recuperar, prevenir e proteger o meio ambiente.

Nem sempre os custos ambientais são de fácil identificação, algumas empresas desenvolvem internamente métodos, técnicas ou sistemas para identificá-los. O reconhecimento desses custos é importante para que a empresa possa calcular, mais precisamente o quanto está investindo em Meio Ambiente para, conseqüentemente, atribuir esse custo ao preço do bem ou serviço oferecido, para obtenção de resultados não distorcidos. (BRANDILI *et al.*, 2015)

Para Moraes (2000, p. 10), os gastos relacionados direta ou indiretamente à proteção ambiental são custos, e serão ativados em função de sua vida útil:

- Amortização, exaustão e depreciação;
- Aquisição de insumos para controle, redução ou eliminação de poluentes;
- Tratamento de resíduos dos produtos;
- Disposição dos resíduos poluentes;
- Tratamentos de recuperação e restauração de áreas contaminadas;
- Mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação e recuperação do meio ambiente, etc.

Custos ambientais compreendem os gastos referentes ao gerenciamento de maneira responsável dos impactos no desenvolvimento da atividade empresarial no meio ambiente. Ou seja, qualquer custo decorrente de alguma ação voluntária, ou incorrido para atender aos objetivos e exigências ambientais dos órgãos reguladores, reconhecidas no momento da identificação (BERGAMINI, 2000).

Como exemplos de custos ambientais pode-se citar: o tratamento de resíduos que serão descartados na natureza, a fim de diminuir a degradação ambiental, a reutilização de materiais aplicados no processo produtivo aumentando, assim seu, ciclo de vida e a recuperação ou manutenção do meio ambiente (MORAES, 2000).

Em sua maioria, os custos ambientais são intangíveis, ou seja, apesar de serem perceptíveis, são difíceis de quantificar. Em geral, como já foi mencionado, são gastos diretos que a entidade tem com proteção do meio ambiente. Porém, estão presentes nas Demonstrações Contábeis de várias empresas, como é o caso da Instituição objeto desse estudo que, mesmo não usando recursos naturais como necessidade direta para prestação de seus serviços, se dispôs de recursos financeiros para essa finalidade.

2.3 Despesas Ambientais

As despesas ambientais são gastos relacionados com a preservação da natureza mas, diferentemente dos custos ambientais, não está relacionado com o processo produtivo da empresa. Furlan (2012) ressalta a importância de distinguirem-se custos de despesas, para se identificar “o valor destinado à preservação, redução ou eliminação dos impactos ambientais na produção e para saber o gasto com a recuperação e reparação de danos ambientais ocorridos anteriormente”.

Ribeiro (1998, p. 95) cita algumas áreas comuns às empresas, que podem gerar despesas ambientais.

[...] todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Qualquer empresa necessita dos serviços de um departamento de recursos humanos, ou do de compras, financeiro, de recepção e almoxarifado, e estas áreas desenvolvem atividades inerentes à proteção do meio ambiente.

Para melhor entendimento, Carvalho (2008, p. 140) resume despesas ambientais em alguns exemplos:

- Todos os gastos relacionados com as políticas internas de preservação ambiental, como folders, cartazes, cartilhas e outros;
- Salários e encargos do pessoal empregado na área de políticas internas de preservação ambiental;
- Todos os gastos relacionados com treinamento na área ambiental como: horas-aula do instrutor e aquisição de material de expediente;
- Aquisição de equipamentos de proteção ambiental;
- Despesa com depreciação do material permanente utilizado pela administração na área ambiental;
- Despesa com compensação ambiental;
- Despesa com recuperação ambiental;
- Dano ambiental;
- Despesa com auditoria ambiental;
- Consultoria para elaboração de EIA/RIMA;
- Despesa com licenças ambientais;
- Despesa com multas e indenizações ambientais.

Segundo Moraes (2010) as despesas ambientais podem afetar as demonstrações contábeis em duas situações: como despesas do exercício corrente, quando há gasto com preservação, por exemplo, e como resultados anteriores, quando no exercício atual se

descobre a existência de despesas, cujo fato gerador ocorreu em períodos anteriores. Neste caso, a obrigação é reconhecida, registrando- a como evento de exercícios anteriores.

2.4 Receitas Ambientais

O pronunciamento CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) nº 00 - Estrutura Conceitual Básica para Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (CPC, 2008, p. 44), em seu item 70, define receita como “aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade”.

O objetivo da implantação de uma gestão ambiental nas entidades não é gerar lucro, e sim ter um maior controle de produção, menor degradação da natureza, cumprir as leis concernentes à proteção ao meio ambiente, etc. No entanto, algumas empresas têm um proveito econômico com sua utilização.

Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p. 187), as receitas ambientais decorrem de:

- Prestação de serviços especializados em gestão ambiental;
- Venda de produtos elaborados com sobras de insumos do processo produtivo;
- Venda de produtos reciclados (os reciclados podem ser tanto vendidos como matéria-prima para outras empresas, como reutilizados pela entidade em seu processo produtivo);
- Receita de aproveitamento de gases e calor;
- Redução do consumo de matérias-primas;
- Redução do consumo de energia;
- Redução do consumo de água;
- Participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

2.5 Gestão Ambiental

Com a conscientização da sociedade em relação à preservação ao Meio Ambiente, as empresas tiveram que se adaptar a um novo cenário, buscando estar de acordo com a legislação e com cobrança de atitudes por meio de clientes e investidores. A Gestão Ambiental é uma das principais armas para o auxílio às entidades, e os Relatórios de

Sustentabilidade, o principal instrumento da sociedade para verificar as atitudes da mesma. Neste sentido Tinoco e Kraemer (2008, p. 114) dizem que a:

Gestão Ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades. [...] ela consiste em um conjunto de medidas que visam ter controle sobre o impacto ambiental de uma atividade.

Normalmente, as empresas estão implementando a Gestão Ambiental para desenvolver políticas acerca dos problemas ambientais, a fim de evitar custos nesse ramo, como pagamentos de multas e indenizações, provenientes de degradação ambiental por exemplo. No entanto, mesmo não tendo como foco principal a geração de receitas, nada impede que a empresa obtenha vantagens econômicas deste processo (BRUMATI, 2015).

2.6 Relatório Socioambiental

Quando uma determinada empresa passa a adotar medidas de proteção ambiental, naturalmente visando a boa imagem perante a sociedade, a mesma irá querer divulgar os investimentos feitos durante o exercício social. Uma maneira adequada de demonstrar estes investimentos é através dos relatórios contábeis.

O crescimento da consciência ambiental tem se tornado uma arma fundamental para preservação da natureza, e as empresas precisam atender a essa exigência do mercado através de ações legítimas e verdadeiras. Conseqüentemente, divulgam seus atos benéficos criando, assim, um círculo virtuoso. Essa publicidade, torna-se um instrumento de educação ambiental que por sua vez, contribui para aumentar o número de consumidores responsáveis (BARBIERI, 1997).

Na avaliação de Martin e De Luca (1994, p. 25).

As informações a serem divulgadas pela contabilidade vão desde os investimentos, seja com nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigação contraídas e prol do meio ambiente, e até de medidas físicas, quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação.

É de interesse da sociedade que as empresas divulguem além do desempenho econômico, também as contribuições sociais e ambientais. Tais informações devem ser transparentes, de fácil acesso, simples, porém completas, para facilitar o entendimento dos

diversos públicos. Várias empresas brasileiras já fazem, há algum tempo, a divulgação, dessas informações através da divulgação de Balanço Social e/ou Relatório Socioambiental.

Apesar de a contabilidade possuir o Balanço Social como ferramenta para disponibilizar informações sociais, apenas esse relatório não gera a possibilidade de analisar, ou mesmo comparar as ações realizadas pelas empresas com os resultados divulgados nos demais relatórios, como por exemplo, os resultados contidos no relatório de sustentabilidade. (IGARASHI *et al.*, 2004, p. 35).

Complementando, de acordo com Tinoco e Kraemer (2004, p. 32),

Balanço social é um instrumento de gestão e de informações que visa evidenciar, de forma mais transparente possível, informações financeiras, econômicas, ambientais e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, seus parceiros sociais.

O relatório de sustentabilidade revela as práticas adotadas pelas entidades; por esse motivo é mais abrangente que o Balanço Social. Segundo publicação da GRI (2013, p.3)

O relato de sustentabilidade auxilia as organizações a estabelecer metas, aferir seu desempenho e gerir mudanças com vistas a tornar suas operações mais sustentáveis. Relatórios de sustentabilidade divulgam informações sobre os impactos de uma organização – sejam positivos ou negativos – sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia. Assim, eles dão forma tangível e concreta a questões abstratas, ajudando as organizações a compreender e gerir melhor os efeitos do desenvolvimento da sustentabilidade sobre suas atividades e estratégias.

2.7 NBC T 15

Divulgada em 19 de agosto de 2004 a NBC T 15 padroniza os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, que devem ser adotados pelas entidades desde 1º de janeiro de 2006. Apesar de sua importância, as normas, diferente das leis, não têm caráter obrigatório. Beuren, Nascimento e Rocha (2013) esclarecem que as informações ambientais são complementares às demonstrações contábeis e, apenas, abrangem as companhias abertas que, de acordo com a Lei nº 6.404/76, são obrigadas a publicá-las.

Furlan (2012) complementa que, por não existir uma lei específica, o entendimento jurídico é pela não obrigatoriedade da apresentação do Balanço Ambiental pelas empresas potencialmente poluentes no Brasil, mesmo que este fato represente um retrocesso diante dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e das exigências cada vez mais intensas do mercado global.

Como já mencionado, não há uma normalização que submeta as entidades a evidenciar as informações ambientais em nosso país; diante disso, Sousa, Bueno e Alves (2013) observam que a divulgação voluntária não conta com um padrão a ser seguido pelas empresas, dificultando, por vezes, a comparação entre elas e a confiabilidade das informações apresentadas, além de incentivar a apresentação de maior número de questões positivas que negativas.

No item 15.2 da NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental - são especificadas as informações a serem divulgadas pelas entidades, conforme estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC): Distribuição de Riqueza; Recursos humanos; Interação da Entidade com o Ambiente Externo; e Interação com o Meio Ambiente.

O Quadro 1 apresenta em breves detalhes os conceitos e objetivos de cada informação que compõe o conjunto de evidenciação ambiental exigida na NBC T 15:

Quadro 1 – Conceitos e objetivos das informações da NBC T.15

Tipo de informações	Conceitos e objetivos
(i) Geração e Distribuição de Riqueza	A riqueza gerada e distribuída pela entidade deve ser apresentada conforme a demonstração do valor adicionado.
(ii) Recursos Humanos	Dados referentes a funcionários, informações como a remuneração, benefícios, composição do corpo funcional, contingências e passivos trabalhistas da empresa, como também ações trabalhistas.
(iii) Interação com o meio externo	Neste campo cabem as informações de relacionamento da empresa com a comunidade, com os clientes e os fornecedores incluindo também incentivos decorrentes dessa interação.
(iv) Interação com o meio ambiente	Cabem a esse item as informações da entidade com o meio ambiente, relativas a seus investimentos e gastos com a natureza, com educação ambiental, com Projetos ambientais e todas as outras ações que se encaixem na questão de preservação ambiental que a empresa pratique.

Fonte: Kruger *et al.* (2014) Adaptado da NBC T.15 (2004).

O conjunto de informações requisitadas pela NBC T.15 (2004), contempla a geração e distribuição de riquezas. Este conjunto é evidenciado a partir da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), observa-se que a DVA passou a ser obrigatória a partir da Lei 11.638/2007 para as empresas de grande porte e de capital aberto (DOMENICO *et al.*, s.d.).

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Pronunciamento Técnico CPC 09 (CPC, 2008, p. 10) – os principais componentes na formação da riqueza das instituições financeiras são:

- a) Receitas de intermediação financeira - inclui as receitas com operações de crédito, arrendamento mercantil, resultados de câmbio, títulos e valores mobiliários e outras.
- b) Receita de prestação de serviços - inclui as receitas relativas à cobrança de taxas

- por prestação de serviços. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Constituição/Reversão - inclui os valores relativos à constituição e baixa da provisão.
- c) Outras receitas - inclui parte dos valores realizados de ajustes de avaliação patrimonial, valores relativos à construção de ativos na própria entidade, etc. Inclui também valores considerados fora das atividades principais da entidade, tais como: ganhos e perdas na baixa de imobilizados, ganhos e perdas na baixa de investimentos, etc.

Ainda de acordo com o CPC 09 para as empresas em geral, utiliza-se um modelo de DVA, denominado como modelo I pelo próprio pronunciamento; porém, para entidades com atividades específicas, como instituições financeiras – ramo de atividade da empresa em estudo – utiliza-se um modelo diferenciado, denominado modelo II, disponível no ANEXO B deste estudo, para melhor entendimento.

O segundo conjunto de informações contém dados quantitativos em relação ao quadro de funcionários da empresa, como gastos com salários, benefícios, e também algumas informações qualitativas, como o total de admissões no exercício, faixa etária e grau de escolaridade do quadro funcional em geral, além de informações concernentes a ações trabalhistas movidas contra a entidade.

Em resumo, o terceiro e quarto conjuntos de informações, apesar de serem itens separados na NBC T 15, se correlacionam, pois, muitas ações tomadas pelas entidades beneficiam tanto público externo, como meio ambiente, e vice-versa. Podemos citar como exemplo saneamento básico, projetos ambientais que favorecem famílias carentes, a comunidade e o Meio Ambiente.

Nestes dois últimos itens, fica também determinado que as entidades divulguem informações referentes a reclamações, denúncias e multas movidas e pagas contra a empresa, a favor de usuários externos e por degradação ambiental; no entanto, por não haver obrigatoriedade de cumprimento das normas, como já foi mencionado, a instituição em estudo praticamente se absteve de mencioná-las.

Todos os itens abordados na NBC T 15 são de suma importância para a sociedade; porém, para a presente pesquisa, serão aprofundados os concernentes à Interação com o Meio Ambiente, relacionada no item 15.2.4.1 das Normas, os quais devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;

- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos
- g) contra a entidade;
- h) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- i) passivos e contingências ambientais.

3 METODOLOGIA

A metodologia usada na pesquisa foi a revisão bibliográfica. Segundo os autores Carvalho et al, (2004, p. 3) a consulta das fontes consiste em “ [...] identificação das fontes documentais (documentos audiovisuais, documentos cartográficos e documentos textuais), na análise das fontes e no levantamento de informações.

Os autores ainda defendem que a pesquisa bibliográfica é a busca de uma problematização de um projeto de pesquisa a partir de referências publicadas, analisando e discutindo as contribuições culturais e científicas. Ela constitui uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica, de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes.

No que se refere aos objetivos, foi utilizada a metodologia exploratória e explicativa. Gil (2007, p. 43) ensina que o tipo de pesquisa exploratória tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos. Habitualmente, envolvem levantamento bibliográfico e documental.

Beuren *et al.* (2010, p. 80), salientam que uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto.

Já a pesquisa explicativa, ainda na visão de Beuren *et al.* (2010, p. 83) é relevante pois o seu grau de maturidade está no detalhamento com que esse tipo de pesquisa procura responder à questão-problema, o que não ocorre na pesquisa exploratória e na descritiva.

Os procedimentos utilizados para a realização da pesquisa foram o estudo de caso e documental. Vergara (2000, p. 49), em sua definição de estudo de caso, resume que o procedimento se limita a uma ou poucas unidades, entendidas essa como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.

A pesquisa documental foi realizada através dos dados encontrados nos Relatórios de Sustentabilidade, divulgados pela instituição financeira em seu site oficial.

A análise do problema é quali-quantitativa. Richardson (1999, p. 80) defende que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

Na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último (BEUREN, 2010, p. 92).

Richardson (1999, p. 70) afirma que a abordagem quantitativa se caracteriza pelo emprego de quantificação “tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão, etc”.

A amostra da pesquisa foram os Relatórios Socioambientais divulgados por uma Instituição Financeira pública brasileira, nos exercícios de 2014 a 2016, em consonância com NBC T 15.

Ela determina quais os procedimentos adotados pelas entidades para a correta evidenciação de informações de natureza social e ambiental. Conforme divulgado na NBC T 15, entende-se por informações de natureza social e ambiental: a) geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) a interação da entidade com o ambiente externo; d) a interação com o meio ambiente.

Mais especificamente, foi abordado o item *d* dessa resolução, devido ao cenário de grande preocupação com o ecossistema, buscando instigar os leitores a desenvolverem ainda mais o senso de averiguação do cumprimento das normas ambientais pelas entidades, tendo em vista que cabe a todos a responsabilidade de cuidar do nosso habitat.

Foram utilizados os Indicadores constantes na NBC T-15, informações de natureza social e ambiental, alínea *d*, em relação à interação com o meio ambiente. Os dados foram extraídos dos dois Relatórios Socioambientais divulgados pela instituição financeira. Foram efetuadas análises dos itens visando identificar se houve alguma variação de um exercício para outro, medindo por meio de análise horizontal e vertical.

Para tanto, foi elaborado o Quadro 1, contendo a identificação das variáveis dos requisitos de divulgação ou elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15.

Quadro 2 – Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15

Cod. Var.	Definição Variável em análise:
ED. 1	Inv. e gastos c/ manut. nos processos operacionais, p/ a melhoria do Meio Ambiente
ED. 2	Inv. e gastos c/ a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
ED. 3	Inv. e gastos c/ educação ambiental, p/ empregados, terceirizados, autônomo e adm da entidade
ED. 4	Inv. e gastos c/ educação ambiental para a comunidade
ED. 5	Inv e gastos c/ outros projetos sociais e ambientais
ED. 6	Qtd de processos ambientais, adm e judiciais movidos contra entidade
ED. 7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental
ED. 8	Passivos e contingências ambientais
ED. 9	Informações referentes aos gastos relacionados ao corpo funcional da entidade
ED. 10	Informações relativas a composição de recursos humanos
ED. 11	Informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade
ED.12	Informações relativas a interação com cliente

Fonte: Adaptado da NBC T.15 (2004).

Os dados das variáveis foram realizados por meio de codificação dos atributos exigidos pela NBC T-15 nesta averiguação, sendo utilizados “0” e “1”, de acordo com legenda da Quadro 3.

Quadro 3 – Codificação dos atributos

Codificação dos atributos	Significados
0	Elementos não divulgados
1	Elementos parcialmente divulgados
2	Elementos divulgados

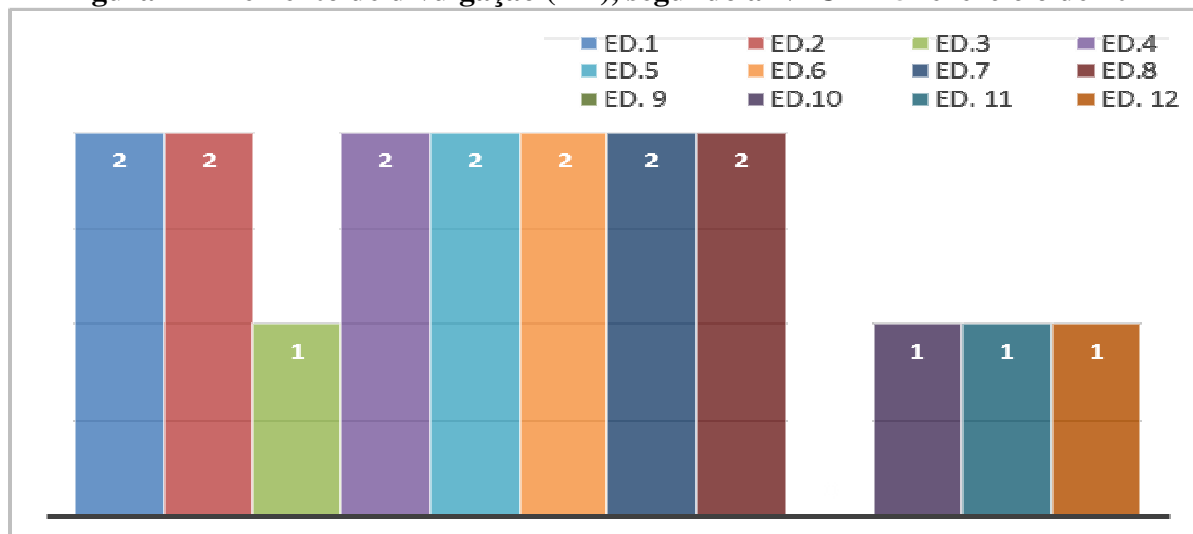
Fonte: Adaptado de Barbosa *et al* (2010).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na análise dos dados das informações dos relatórios da instituição pesquisada, onde os elementos encontrados foram suficientes, utilizou-se a ferramenta Microsoft Excel para gerar os gráficos apresentados na análise dos resultados. Os dados estão apresentados por exercício, na sequência.

4.1 Exercício De 2014

Os dados coletados no Relatório do exercício de 2014 apresentaram os seguintes elementos, conforme Figura 1:

Figura 1 – Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2014

Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Pode-se verificar por meio da Figura 1 que, em 2014, dos doze elementos de divulgação utilizados na pesquisa, sete foram totalmente apresentados pela empresa: os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do Meio Ambiente, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade, investimentos e gastos com outros projetos sociais e ambientais, quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade, valor das multas e indenizações relativas à matéria ambiental e passivos e contingências ambientais. Foram divulgados parcialmente os investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomo e administração da entidade, informações relativas à composição de recursos humanos, informações relativas a ações trabalhistas movidas contra a entidade e informações relativas a interação com cliente. O elemento não divulgado é o que diz respeito ao corpo funcional da entidade; nesse item, treze tópicos devem ser verificados como, por exemplo, gastos com alimentação, gastos com transportes, gastos com previdência privada, entre outros. Conforme item 15.2.2.3 da NBC T 15, estes dados precisam estar expressos monetariamente, pelo valor total do gasto com cada item, sendo ainda necessário especificar a quantia de empregados envolvidos beneficiados.

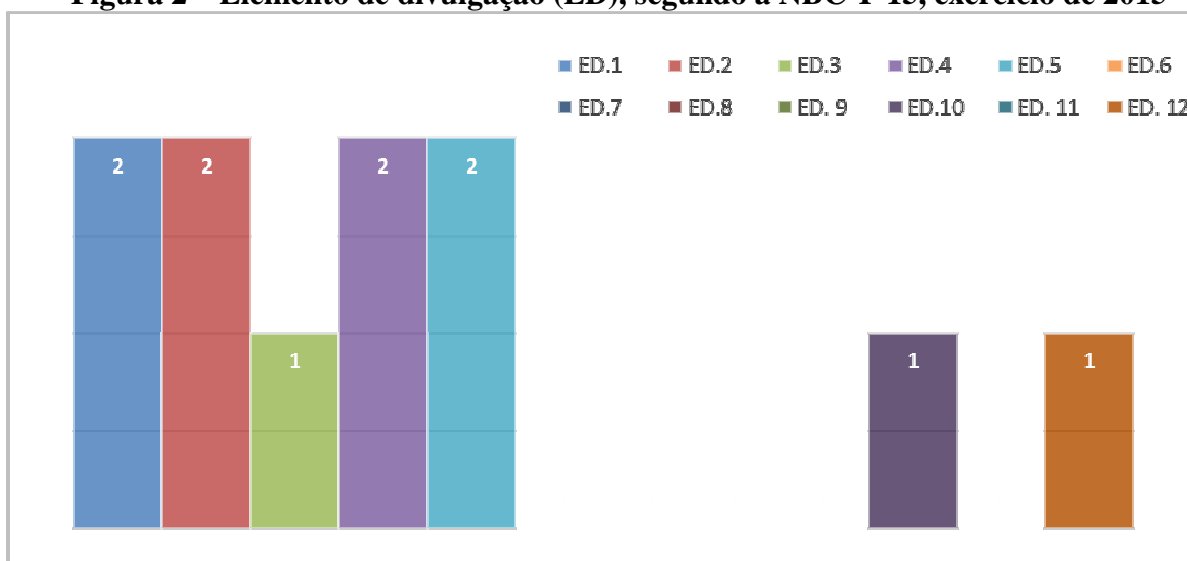
A atividade exercida pela empresa pesquisada não é potencialmente poluidora, mesmo assim, em relação ao elemento de divulgação seis, no que diz respeito à quantidade de processos ambientais movidos contra a entidade, ela se mostrou alinhada as exigências da

NBC T 15, informando em seu relatório que não houve caso de processos ou indenizações ambientais.

4.2 Exercício De 2015

Em relação ao exercício de 2015, os dados coletados estão apresentados na Figura 2.

Figura 2 – Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15, exercício de 2015



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Analisando a Figura 2, pode-se notar que menos da metade dos elementos de divulgação foram evidenciados de forma completa: os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhorias do Meio Ambiente, investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, investimentos e gastos com educação ambiental para comunidade e investimentos e gastos com outros projetos sociais e ambientais.

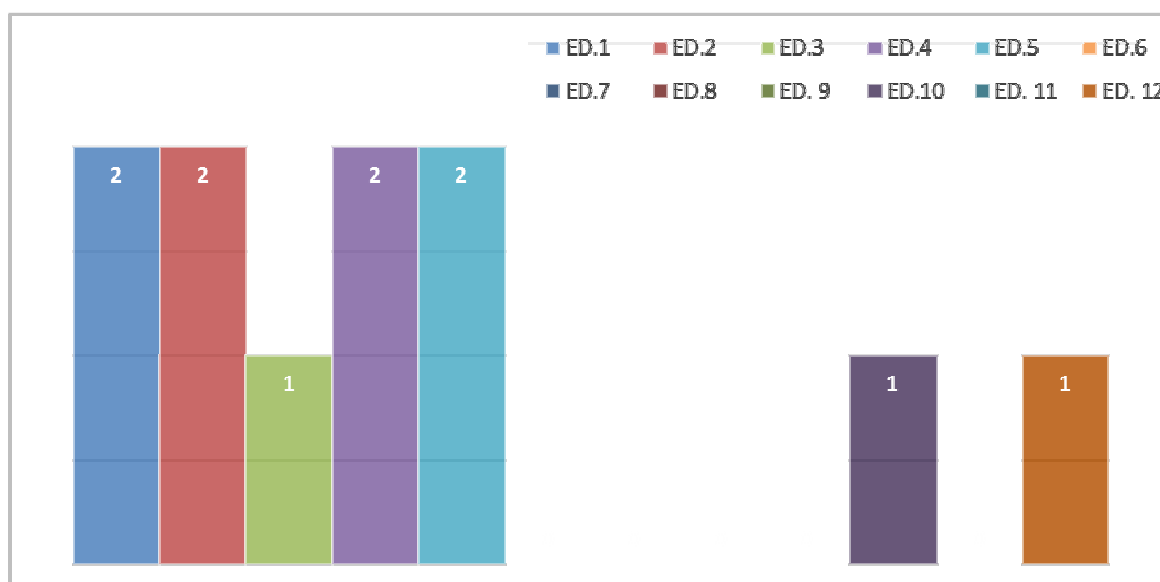
Em 2014, apenas uma informação não havia sido divulgada; em 2015, esse número passou para cinco: quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra entidade; valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental; passivos e contingências ambientais; informações referentes aos gastos relacionados ao corpo funcional da entidade e informações relativas a ações trabalhistas movidas contra entidade. Três elementos foram divulgados de forma parcial: Investimentos e gastos com educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomo e administração da entidade, informações relativas à composição de recursos humanos e as informações relativas à interação com cliente.

Outro fato que desperta a análise são os meios de comunicação: não raramente divulgam matérias relacionadas às ações trabalhistas, e as instituições financeiras quase sempre lideram esse ranking. Em 2013, foi divulgada pela Revista Exame, uma matéria com o título “As empresas que mais frequentam a Justiça do Trabalho”, sendo que, das dez empresas listadas na matéria divulgada pela Revista, cinco são instituições financeiras. A empresa pesquisada é uma delas; porém, conforme divulgado no próprio Relatório de Sustentabilidade de 2015, a entidade considera sigilosas as informações referentes a esse assunto.

4.3 Exercício De 2016

Em relação ao exercício de 2016, os dados coletados estão apresentados na Figura 3.

Figura 3 – Elemento de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2016



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

No último exercício analisado, não houve variação em relação ao anterior, pois a empresa optou em manter o mesmo padrão de divulgação onde, notoriamente, se prioriza a evidenciação de “boas ações”. Entre estas estão os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do meio ambiente, com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, gastos com educação ambiental para empregados e para a comunidade, bem como gastos com projetos sociais e ambientais.

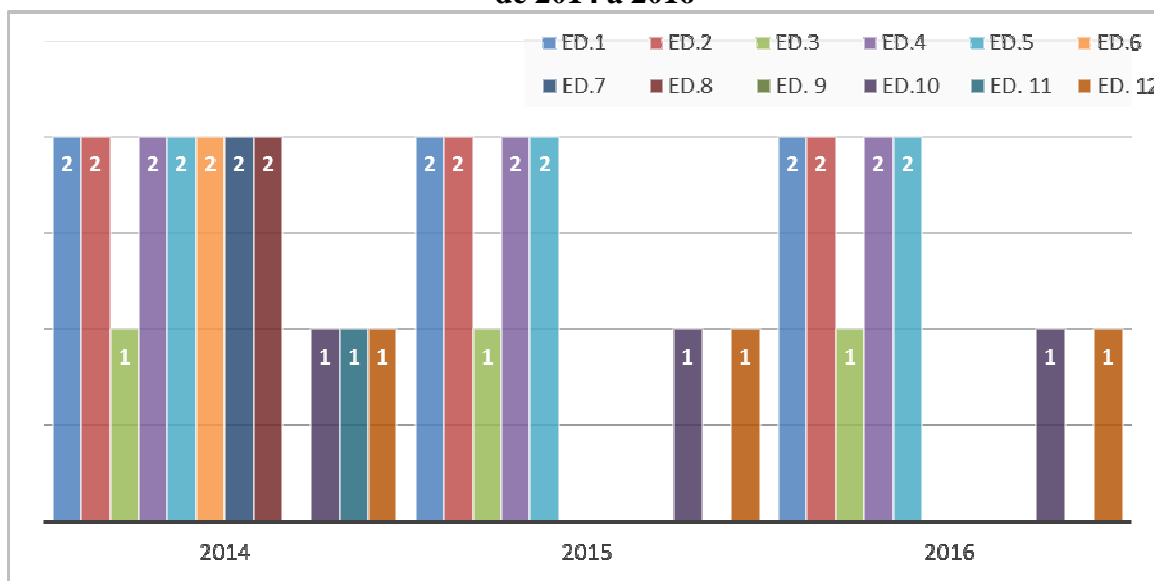
Da mesma forma do exercício anterior, a instituição considerou sigilosa a informação a respeito de ações trabalhistas movidas contra ela. Logo, os resultados explanados demonstram a necessidade de se realizar novos estudos em relação ao assunto, visando

verificar se as empresas realmente estão usando o Relatório de Sustentabilidade para sua finalidade, ou se estão somente buscando uma autopromoção.

4.4 Resumo Dos Dados

Para melhor visualização dos dados coletados, segue a Figura 4.

Figura 4 – Resumo dos Elementos de divulgação (ED), segundo a NBC T-15- exercício de 2014 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora, com dados da pesquisa.

Diante da figura 4, cabe ressaltar que a entidade manteve o mesmo padrão de divulgação nos cinco primeiros itens de evidenciação, todos eles referentes a algum investimento ou gasto feito pela empresa para beneficiar o Meio Ambiente. Os elementos de evidenciação 6, 7 e 8 foram divulgados de forma completa em 2014 (informando a não incidência), já em 2015 e 2016, a empresa optou pela não publicação dos itens; o motivo não foi explanado, mas todos são referentes a processos e valor de multas envolvendo questões ambientais.

Apesar de os serviços prestados e produtos oferecidos pela instituição não oferecerem riscos à natureza, a não publicação dos Elementos de Divulgação 6, 7 e 8 podem deixar margem para o surgimento de dúvidas em relação à empresa e degradação ambiental, donde se justifica a importância da divulgação completa das informações.

Dessa forma, o conjunto de figuras numerados de 1 a 4 contemplam a demonstração da participação e da responsabilidade ambiental da estatal, em conformidade com as exigências da NBC T-15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do conteúdo comprovou que a instituição investigada teve a preocupação de divulgar e evidenciar as diretrizes e políticas sustentáveis desenvolvidas.

Os elementos de evidenciação mais destacados pela instituição bancária investigada nos períodos de 2014 a 2016 foram os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para melhoria do Meio Ambiente, com a preservação ou recuperação de ambientes degradados, com educação ambiental para a comunidade e outros projetos sociais e ambientais. A contabilidade é uma aliada para evidenciação das práticas ambientais e sociais, através das suas Demonstrações Contábeis, mais especificamente Relatório de Sustentabilidade e/ou Balanço Social. Assim, o objetivo geral da pesquisa foi analisar e comparar as informações divulgadas nos Relatórios Socioambientais publicados por uma Instituição Financeira, nos exercícios de 2014 a 2016.

De acordo com os parâmetros estabelecidos na NBC T 15, chegou-se ao resultado que elas são evidenciadas parcialmente, analisando os três exercícios; pode-se, ainda, concluir que há uma tendência, a cada exercício que se passa, de menor evidenciação das informações estabelecidas pela norma.

Pode-se considerar que o Relatório referente a 2014 está satisfatório pois, dos doze elementos de divulgação, apenas um deixou de ser explanado, sendo sete deles apresentados de forma completa, e quatro de forma incompleta, ou seja, mesmo as informações que não favoreciam à instituição foram evidenciadas, demonstrando transparência e cordialidade com a NBC T 15.

Já as informações divulgadas referentes aos exercícios de 2015 e 2016 sofreram um declínio, uma vez que, muitas ações socioambientais foram divulgadas pela empresa, demonstrando compromisso com a população e o Meio Ambiente, como programas de saneamento básico, projetos de capacitação, recuperação de ambientes degradados, mesmo não sendo a instituição responsável pela degradação. Porém, informações como ações trabalhistas movidas contra entidade, foram consideradas sigilosas pela instituição.

Diante do exposto, e considerando as falhas encontradas pela falta de padronização e obrigatoriedade, pesquisas futuras relacionadas ao mesmo assunto podem contribuir para a regulamentação da evidenciação necessária das informações, a fim de que as empresas não utilizem o Relatório Socioambiental apenas para divulgar o que é mais conveniente.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 5. Ed. São Paulo: Atlas. 2002.

BARBOSA, E. S. *et al.* Evidenciação das Informações Ambientais segundo a NBC T-15: Um Estudo nas Empresas do Setor de Papel e Celulose de 2006 a 2010. **REUNIR**, v. 4, n. 1, p. 19-41, 2014.

BARBIERI, J. C. Competitividade Internacional e Normalização Ambiental. In: Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 4, 1997. **Anais...** São Paulo, nov. 1997.

BERGAMINI JUNIOR, S. **Custos emergentes na contabilidade ambiental**. Pensar Contábil, Rio de Janeiro, n.9, p.3-11, ago-out. 2000.

BEUREN, I. M. (Coord). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. Ed, São Paulo: Atlas, 2010.

BEUREN, I. M.; NASCIMENTO, S.; ROCHA, I. Nível de evidenciação ambiental e desempenho econômico de empresas: aplicando a análise envoltória de dados. **Future Studies Research Journal**. v.5, n.1, pp. 198 –226, 2013.

BORGES *et al.* Evidenciação voluntária das práticas ambientais: um estudo nas grandes empresas brasileiras de papel e celulose. **Produção**. V20, n3, p.p. 404-417, 2010.

BRANDILLI, E. N; PANDOLFO, A; BARBACOV, N. E; MORO, L. Identificação dos custos ambientais em uma empresa alimentícia de Passo Fundo – RS. **Revista CIATEC – UPF**, vol.7 (1), p.p.39-55, 2015.

BRUMATI, D. N. (2015). Contabilidade da Gestão Ambiental: ativos e passivos ambientais em empresas, em Alta Floresta/MT, em 2014-2015. **Refaf. Revista Eletrônica**, vol. 2, n4. Disponível em <<http://faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/213>>. Acesso em jun. 2017.

CARVALHO, Daniel *et al.* **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em 17 de Abril de 2016.

CARVALHO, G. M. B. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá. 2008.

CERVO, A. L; BERVIA, P. A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CPC - COMITÊ DE PRONUNIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00: Estrutura Conceitual para a Elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis.** Brasília, 2008.

COMITÊ DE PRONUNIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC . **CPC 09: Demonstração do Valor Adicionado.** Brasília. 2008.

DE LUCA, M. M. M. Ecologia via contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade.** CFC, ano 23, nº 86, março, 1994.

DOMENICO *et al.* As práticas de responsabilidade socioambiental das empresas listadas no ISE em conformidade com a Normativa NBC T.15. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. **Anais...** 2015. Disponível em <http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/112.pdf> Acesso em Jul 2017.

EXAME. **Os 20 maiores bancos do Brasil em valor de ativos.** 2016. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/os-20-maiores-bancos-do-brasil-em-valor-de-ativos/>> Acesso em: jul. 2017.

EXAME. **As empresas que mais frequentam a Justiça do Trabalho.** 2013. Disponível em <<http://exame.abril.com.br/negocios/as-empresas-que-mais-frequentam-a-justica-do-trabalho/>> Acesso em: jul. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC. Apostila, 2002.

FREITAS, J. L. et al. Custo ambiental: uma abordagem sobre o conceito e sua aplicação em uma indústria no processo de microfusão de aço. In: Congresso Brasileiro de Custos, XIV, **Anais...** João Pessoa – PB, 2007.

FURLAN, R. C. Contabilidade ambiental e sua obrigatoriedade: uma abordagem no estado de Roraima. **Examãpaku.** V5, n1, 2012. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/examapaku/article/download/1448/1038>> Acesso em: jul. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE - GRI. (2013). **G4 Diretrizes para Relato de Sustentabilidade.** Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G4-Part-One.pdf> >. Acesso em 26 de Mar 2016.

IGARASHI, D. C. C. et al. **Análise do alinhamento entre o Balanço Social e o Relatório de Sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/13287/pdf>> Acesso em: 24 de Mar 2016.

KRUGER, S. D *et al.* de responsabilidade social e ambiental de empresas agroindustriais. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 16, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Engema.

LAURINDO, J. S. **A contabilidade ambiental como instrumento de gestão interna nas organizações.** Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2014/01/Jamile-da-Silva-Laurindo.pdf>> Acesso em: 20 de Mar. 2016.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, C. A. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. **Rev. Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, oct./ dic. 2012.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial.** 10. ed São Paulo: Atlas. 2003.

MELLO, C. G. G.; HOLLNAGEL, H. C.; CEI, N. G. (2016). Evidenciação Ambiental segundo a NBC T 15: uma análise em quatro empresas do setor de energia elétrica de 2006 a 2014. **Redeca Revista Eletrônica do departamento de Ciências Contábeis & departamento de Atuária e Métodos Quantitativos da FEA.** V.3, n2 p.p. 93-109. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/31073>> Acesso em Jul 2017.

MORAES, R. O; JUNQUEIRA, E. R; CARVALHO N. C. **A Avaliação de Desempenho Ambiental: Um Enfoque para os Custos Ambientais e os Indicadores de Eco-Eficiência.** In: Congresso Brasileiro de Custos, VII, Recife, PE. Disponível em <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/3019/3019>>. Acesso em:20 jul 2017.

PFISTER, E. D. **Gestão e sustentabilidade através da Contabilidade e Contabilidade Ambiental: estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico.** 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva. 2001.

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental.** 241 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – FEA/USP.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS *et al.* Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras. **Revista Contabilidade Finanças**, v. 16, n. 27, p. 89-99.

SOUSA, E. G.; BUENO, J. M.; ALVES, M. B. F. A evolução dos relatórios de sustentabilidade: uma avaliação em quatro empresas brasileiras do ramo de energia elétrica. **Gestão Contemporânea**, v.10, n.13, p.45-70, jan./jun. 2013. Disponível em <http://seer4.fapa.com.br/index.php/arquivo/article/viewFile/221/119> Acesso em Maio 2017.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental**, 2. Ed. São Paulo: Atlas. 2008.

TINOCO, J. E. P., KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2000.

Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:

MACEDO, J. A. et al. Relatório Socioambiental de uma Instituição, Comparado às Prerrogativas da Nbc T-15. **Rev. FSA**, Teresina, v.15, n.3, art. 5, p. 104-129, mai./jun. 2018.

Contribuição dos Autores	J. A. Macedo	M. A. F. S. Nogueira	M. S. Garcia	M. Rode
1) concepção e planejamento.	X	X		
2) análise e interpretação dos dados.	X	X		
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X	X